



PLANO ATIVIDADES 2017

Nota da Direção

A atividade da Transparência e Integridade, Associação Cívica em 2017 acontece num tempo de transição. Novos corpos sociais foram eleitos no início do ano, com a incumbência não só de prosseguir o trabalho em curso, mas de concretizar novos projetos e atividades para a associação.

Este novo ciclo é, de certa forma, o corolário do trabalho sólido e dedicado feito pelos corpos sociais anteriores na capacitação da TIAC, que incluiu o recrutamento de uma equipa profissional dedicada à gestão dos projetos e à concretização prática da missão da TIAC.

No início não só de um novo exercício, mas de um novo mandato, a primeira palavra é por isso de reconhecimento e gratidão para com os corpos sociais cessantes, pelo trabalho intenso que realizaram, quantas vezes em prejuízo da sua vida pessoal e familiar, na nossa causa comum de combate à corrupção e promoção da transparência, da integridade e da responsabilização dos agentes públicos.

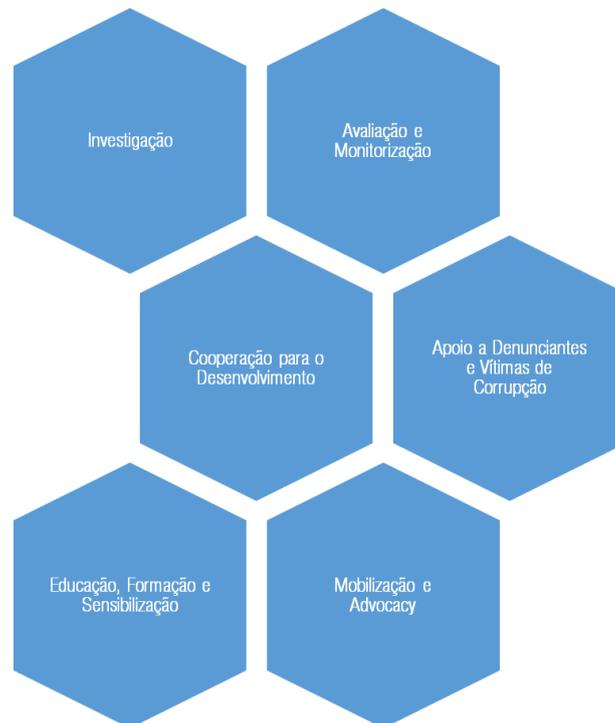
É esse trabalho que nos propomos prosseguir, não só assegurando a continuidade dos projetos em curso, mas fazendo o trabalho de organização e de preparação para o que aí vem.

Transversal a todo este trabalho estão duas preocupações: informar e mobilizar os cidadãos no combate por uma sociedade mais íntegra, plural e aberta; e, a nível interno, fortalecer e capacitar a associação, para que a TIAC possa estar à altura da missão que lhe está confiada pelos milhares de associados e apoiantes que reconhecem na associação a instituição líder no debate público contra a corrupção.

O plano de atividades para 2017 assenta, portanto, no reconhecimento dessa responsabilidade e dos desafios que lhe estão associados. Com esperança renovada nos valores em que acreditamos, e com confiança do apoio e mobilização dos nossos associados para este combate que nos une.

A Direção

Dimensões de Intervenção



Investigação

À semelhança do que vem sucedendo todos os anos, continuaremos a desenvolver de modo ativo e sistemático atividades de investigação aplicada às questões da Boa Governança e da Corrupção em diferentes áreas, nomeadamente pelo estreitamento de sinergias com entidades do sistema científico nacional (Universidades, Centros de Investigação), mas também pelo apoio à pesquisa de investigadores e estudantes trabalhando as temáticas em que somos especialistas.

Avaliação e Monitorização

Avaliação do progresso na implementação de convenções e acordos internacionais e de legislação nacional e comunitária:

Avaliamos de forma regular o progresso na implementação de convenções e acordos internacionais versando a boa governança e a corrupção, de legislação nacional e comunitária de prevenção e combate à corrupção, nomeadamente no que se refere ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, regulação do lobby e conflitos de interesses e financiamento político.

Avaliamos igualmente o quadro regulatório nacional nestas matérias, seus avanços e recuos, e apresentamos regularmente

recomendações aos principais responsáveis políticos a nível nacional e internacional.

Avaliação e monitorização da governança em instituições públicas

Procedemos à avaliação da qualidade da governação, integridade e transparência no poder central e local, através de ferramentas como o National Integrity System Assessment, o Local Integrity System Assessment e o Índice de Transparência Municipal, e monitoramos a implementação dos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Apoiamos igualmente a implementação de programas anticorrupção em áreas particularmente sensíveis, como a da contratação pública.

Avaliação e monitorização de sistemas de compliance e de gestão de riscos de corrupção no setor privado

O setor privado é especialmente vulnerável à ocorrência de ilegalidades e situações de corrupção, mas tarda a instalar-se em Portugal uma verdadeira cultura de integridade nos negócios.

Uma economia limpa de corrupção é uma economia mais produtiva e sustentável, no entanto, na esmagadora maioria dos casos, os sistemas de compliance e de gestão dos riscos de corrupção existem apenas no papel e por determinação legal, e é comum que se percecionem mais pelo seu valor reputacional, enquanto estratégia de marketing, do que como ganho efetivo em termos de competitividade para as empresas.

Avaliamos e monitoramos sistemas de compliance e de gestão de riscos de corrupção no setor privado, nomeadamente através da metodologia Business Integrity Assessment desenvolvida pela Transparency International.

Cooperação para o Desenvolvimento

A TIAC foi reconhecida em 2016 como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento.

A nossa estratégia de cooperação a este nível resulta dos contactos já efetuados com o Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe, o Instituto Não Aceito Corrupção e o representante da TI-S no Brasil, Bruno Brandão, o Centro de Integridade Pública em Moçambique (capítulo da TI em Moçambique), e académicos e ativistas em Cabo Verde, Angola, Guiné Equatorial e Timor Leste, com quem vimos desenvolvendo esforços no sentido de incrementar e apoiar a qualidade da informação e investigação sobre corrupção e boa governança, bem como a sensibilização das opiniões públicas e a mobilização de um número crescente de pessoas empenhadas no combate à corrupção nestes países.

Apoio a denunciadores e vítimas de corrupção

O serviço de apoio a denunciadores e vítimas de corrupção é prioritário, e acompanha a atividade da TIAC desde 2011.

Associado ao amplo trabalho de investigação já desenvolvido sobre esta matéria, temos procurado apoiar e aconselhar todas as

peças que nos contatam denunciando situações de corrupção, má governança, conflitos de interesses e conluio, mas também todas aquelas que se nos dirigem por dificuldades no acesso à justiça.

Educação, Formação e Sensibilização

Uma sociedade civil atenta, informada e participativa, que repudia a má governança e a corrupção e exige os mais elevados padrões de transparência, integridade e responsabilidade das instituições é fundamental para cumprimento da nossa missão.

Nessa medida, a Educação para a Cidadania e Participação Cívica, bem como a Formação sobre os temas que investigamos e avaliamos, são também domínios de intervenção estratégica.

Mobilização e Advocacy

A erradicação do fenómeno da corrupção em todas as suas múltiplas formas demanda a mobilização de um número progressivamente mais vasto de pessoas e instituições efetivamente interessadas em agir em prol da mudança social. Para tanto é essencial que o problema da corrupção seja entendido como coletivamente relevante, ou seja, como um problema público passível de ser tratado e combatido através de políticas públicas.

Neta medida, o trabalho de mobilização e advocacy da TIAC faz-se com o duplo objetivo de informar/ sensibilizar e de motivar para o combate à corrupção, suscitando o envolvimento e a participação dos associados e do público em geral em campanhas que, de modo estruturado e sistemático, coloquem as questões da má governança e da corrupção na agenda política e mediática e no ciclo de políticas públicas.

Programas, Projetos e Campanhas 2017

1

Cidadania e Participação Cívica

Enquanto Ponto de Contato em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Community of Democracies (CD), a TIAC é responsável por promover os valores democráticos, a cidadania e a participação cívica em todos os seus campos de atuação, mas sobretudo assiste-nos mobilizar a sociedade civil portuguesa em torno do projeto comum de instauração de uma sociedade mais igual, justa e inclusiva.

Projetos:

Projeto 1: Qualidade da Democracia em Portugal

Ao longo do ano 2017 encetaremos contatos com outras ONG e organizações da sociedade civil com vista à criação de um fórum de debate e discussão sobre a qualidade da Democracia em Portugal

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

Projeto 2: Bolsa de Voluntários TIAC

O trabalho voluntário é indispensável na atividade da TIAC. Em 2017 procuraremos organizar e desenvolver a Bolsa de Voluntários TIAC

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

Projeto 3: Conteúdos TIAC para a Educação de Jovens e Adultos

Inclusão das questões éticas e de governança associadas à corrupção e materiais dirigidos à educação e formação de adultos, eventualmente através de parecerias com ONG e outras instituições que trabalham na área educativa.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

2

Proteção de Denunciantes e Vítimas de Corrupção

No seguimento do amplo trabalho de investigação já desenvolvido sobre esta questão, prioritária para a TIAC, pretendemos reativar

a Provedoria TIAC – Alerta Anticorrupção – necessariamente ainda numa base apenas voluntária – para retomar de forma sistemática o apoio e aconselhamento a denunciante e vítimas da corrupção. Procuraremos parcerias que nos permitam prestar, onde necessário, algum aconselhamento especializado, bem como o desenvolvimento de materiais de educação para a denúncia.

Projetos:

Projeto 4: Provedoria TIAC -Alerta Anticorrupção

Ao longo do ano 2017 reestruturaremos o funcionamento da Provedoria TIAC através da parceria com o Hermes Center for Transparency and Digital Human Rights, que nos permitirá ter uma plataforma de receção de denúncias mais segura (usando a tecnologia GlobalLeaks) e reforçar a eficiência do serviço de atendimento.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

Projeto 5: Literacia Anticorrupção e acesso à justiça

A reestruturação da Provedoria TIAC será acompanhada do desenvolvimento de conteúdos dirigidos a denunciante e vítimas de corrupção e ao público em geral, por forma a incrementar o acesso à justiça.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

3

Grande Corrupção

A corrupção é cada vez mais um fenómeno transnacional.

Quando estão em causa crimes de altos responsáveis políticos, envolvendo montantes elevados, facilmente esses crimes saltam fronteiras, mobilizando mecanismos de apoio e de branqueamento em diferentes jurisdições, usadas para fazer circular capitais, evitar a deteção dos negócios corruptos e fazer reentrar no património dos corruptos os proventos ilícitos provenientes dos seus crimes.

É justamente esta grande corrupção, envolvendo altas figuras públicas e com ramificações internacionais, que causa os maiores prejuízos aos países, não só pelo desvio de preciosos recursos públicos, mas pela destruição da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Em linha com a estratégia da Transparency International, o combate à impunidade perante este tipo de crime é uma prioridade da TIAC que, para isso, procurará reforçar os seus esforços cooperando com os nossos colegas da rede TI, fortalecendo as redes de colaboração com ativistas e ONG do espaço lusófono e continuando a monitorizar os progressos de Portugal no cumprimento dos seus compromissos nesta matéria – envolvendo neste trabalho decisores públicos, o sector privado e a sociedade civil.

Projetos:

Projeto 6: Beneficiários Efetivos e Transparência Fiscal

Completado o trabalho de investigação, realizado em 2016 ao abrigo do projeto *Enhancing Beneficial Ownership*

Transparency (EBOT), o ano de 2017 será dedicado a comunicar os resultados e as recomendações saídas da nossa avaliação e a monitorar implementação da 4ª Diretiva de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Enquanto membro do Grupo de Ação Financeira Internacional, Portugal está sujeito a rondas de avaliação periódicas sobre os seus progressos nas políticas relativas à prevenção e combate do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. A TIAC acompanhará este processo, na expectativa de que o nosso diagnóstico e recomendações sejam refletidos nas conclusões dos avaliadores que deverão ser endereçadas a Portugal até ao final de 2017.

Orçamento: remanescente do orçamento do projeto EBOT, financiado pela Comissão Europeia, a executar até final de Abril, no valor de aproximadamente 5.000 EUR

Campanha 1: Negócios Fantasma

A revisão da legislação nacional e europeia sobre branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, especificamente no que se refere à identificação e registo de beneficiários efetivos é nuclear para o combate à Grande Corrupção. Nesse sentido, temos em curso a campanha Negócios Fantasma (www.negociosfantasma.transparencia.pt)

Orçamento: remanescente do orçamento do projeto EBOT, financiado pela Comissão Europeia, e a Grant OSF/AML, no valor de 4,472.69 EUR, concedida pela Open Society Foundations

Campanha 2: Lobby e Conflitos de Interesses

O trabalho já desenvolvido pela TIAC nesta área ao longo dos últimos anos deu-nos conhecimento empírico sobre a realidade portuguesa e as prioridades de reforma. Aproveitando essa base de conhecimento – e a circunstância de o Parlamento ter criado, já em 2016, uma comissão eventual para propor medidas de aumento da transparência na política – organizaremos encontros e contactos com responsáveis políticos em 2016 para propormos novas políticas públicas de gestão de conflitos de interesses na classe política, e de regulação do lóbi que dê a todos os cidadãos (não apenas aos poderosos e bem colocados) a capacidade de serem ouvidos na elaboração das políticas públicas.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

As autarquias locais são as estruturas de poder democrático mais próximas dos cidadãos e, como tal, devem ser verdadeiros laboratórios de democracia e capacitação cívica. No entanto, subsistem deficiências e manchas de opacidade no funcionamento do poder local que desmobilizam os cidadãos e criam oportunidades para a corrupção e o abuso. Continuando o trabalho pioneiro desenvolvido pela TIAC nesta área, prosseguiremos os esforços de monitorização da transparência municipal e de capacitação do poder local democrático. A proximidade das autarquias com os cidadãos torna este nível de poder num laboratório de reformas e políticas públicas voltadas para a transparência e a participação públicas, que podem mostrar caminhos para as instituições do poder central.

Projetos:

Projeto 7: Índice de Transparência Municipal

O Índice de Transparência Municipal é provavelmente o projeto mais bem sucedido da TIAC. A quarta edição, referente a 2016, voltou a mostrar uma melhoria dos desempenhos dos municípios no que toca à disponibilização de informação de interesse público nos seus websites. A própria reação crítica de algumas autarquias mal colocadas – e, infelizmente, da própria Associação Nacional de Municípios – aos resultados do Índice, a que não é seguramente alheio o facto de estarmos em ano eleitoral, mostra como o ITM se tornou num mecanismo eficaz para a melhoria da transparência ativa das Câmaras Municipais. Para os cidadãos, isto significa, muito simplesmente, que há mais informação disponível online sobre a vida do seu município.

Em 2017 mantemos o compromisso de concretizar a produção do Índice, procurando reeditar a cooperação negociada em 2016 com a Universidade de Aveiro. Em paralelo, porque queremos estimular a melhoria dos desempenhos, procuraremos colaborar com as Comunidades Intermunicipais, Áreas Metropolitanas e Associações de Municípios na melhoria das suas políticas de transparência e acesso à informação.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

Campanha 3: Eleições Autárquicas 2017

Desenvolveremos um portal de informação e sensibilização da opinião versando as eleições autárquicas e uma campanha em prol da boa governança, transparência e integridade no Poder Local, bem como o Lobby, conflitos de interesse e financiamento político.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

5

Contratação Pública

Pelo volume de recursos públicos que mobiliza e pelo seu impacto na economia e na prestação de serviços essenciais aos cidadãos, a área da contratação pública é das mais sensíveis no que toca aos mecanismos de prevenção e combate à corrupção. Tirando partido da experiência já acumulada, e numa lógica de criação de redes de colaboração com os setores público e privado e com a sociedade civil, continuaremos a promover a adoção de mecanismos de transparência, integridade e participação pública nos processos de contratação de bens e serviços pelo Estado.

Projetos:

Projeto 8: Pactos de Integridade

A contratação pública, pela sua dimensão económica e impacto social, é uma das principais áreas de risco para a corrupção. A própria Comissão Europeia está cada vez mais atenta a esses riscos, atendendo aos escândalos de

corrupção envolvendo fundos europeus que têm surgido em vários países. Precisamente em resposta a essa preocupação, a Comissão Europeia estabeleceu uma parceria com a Transparency International para testar a aplicação de Pactos de Integridade a obras públicas financiadas com fundos europeus. O projeto, que em Portugal será implementado numa parceria entre a TIAC e a Direção-Geral do Património Cultural, pretende criar um mecanismo de monitorização cívica sobre uma obra pública realizada num monumento ou museu nacional. O Pacto de Integridade – assim se chama esse mecanismo – é um projeto iniciado já em 2016 e que vigorará até final de 2019. Mais do que a monitorização de uma obra concreta, tornando-a mais transparente e escrutinável, esta aproximação entre os cidadãos destinatários do investimento público e os decisores que gastam o nosso dinheiro está na base da nossa política de transparência e participação cívica aplicada a todo o universo da contratação pública em Portugal.

Orçamento: financiado pela Comissão Europeia, através do Secretariado da Transparency International, em 2017 a implementação do projeto beneficiará de 103,351.39 EUR

Campanha 4: Clean Contracting

Desenvolveremos uma campanha de informação e sensibilização sobre riscos de corrupção na contratação pública e reforçaremos o trabalho já em curso sobre as limitações à concorrência e riscos sobre a integridade dos processos de contratação pública decorrentes do atual sistema de plataformas eletrónicas de contratação.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

6

Integridade Corporativa

Faremos a apresentação pública de uma política de sensibilização/outreach para o sector privado, incluindo questões de governança interna, sensibilização para os riscos de corrupção no comércio internacional e mecanismos internos de reporte e proteção de whistleblowers.

Projeto:

Projeto 9: Business Integrity Forum Portugal

À semelhança do que sucede noutros capítulos da Transparency International, queremos trazer para Portugal o Business Integrity Forum, uma plataforma de sensibilização e partilha de informação sobre as melhores práticas de compliance e gestão de riscos de corrupção no setor privado.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

7

Cooperação para o Desenvolvimento

Projeto:

Projeto 10: Avaliação e monitorização da implementação da UNCAC e da Declaração de Lisboa na CPLP

A TIAC apoiará a avaliação de progresso na implementação destes acordos internacionais cooperando com os seus parceiros da CPLP.

Em simultâneo, e no âmbito de protocolos já firmados, apoiaremos a qualidade da informação e investigação sobre corrupção e boa governança nestes países, nomeadamente através da realização de ações de formação e workshops de partilha de recursos, e, caso exista essa disponibilidade, abrir também uma plataforma on-line especificamente dedicada.

Orçamento: ainda sem orçamento dedicado

8

Integridade no Desporto

Na sequência do trabalho publicado em 2014, quando fizemos uma análise às estruturas de governança do futebol português e avaliámos os riscos de viciação de resultados nesta modalidade, vamos iniciar em 2017 um programa específico sobre Integridade Desportiva.

Projeto:

Projeto 11: Anti Match Fixing Top Training (AMATT)

O projeto "Anti Match Fixing Top Training", desenvolvido em consórcio com 9 organizações académicas e da sociedade civil de 7 países, é o primeiro projeto cuja execução e gestão é responsabilidade da TIAC, como líder do consórcio. Reconhecemos que a corrupção no desporto, além de motivar paixões dos fãs e minar a confiança nos valores da competição saudável e justa, tem também impactos económicos e sociais importantes, aparecendo muitas vezes associada às redes de crime organizado. Capacitar os atores desportivos para prevenir e combater a viciação dos resultados é crucial para defender a integridade desportiva.

Orçamento: financiado pela Comissão Europeia, através do Programa Erasmus+Sport, a implementação do projeto beneficiará em 2017 de 29,974.08 EUR.

Orçamento 2017

Previsão de Receitas

Fonte de Financiamento	Montante (EUR)
Comissão Europeia	138,325.47
Open Society Foundations	4,472.69
JB Fernandes Memorial Trust	30,666.67
Quotas	12,000.00
Total	185,464.83

Previsão de Encargos

Item de Despesa	Montante (EUR)
Projeto Pactos de Integridade	103,351.39
Projeto EBOT	5,000.00
Projeto AMATT	29,974.08
Campanha Negócios Fantasma	4,472.69
Implementação e projetos e campanhas ainda sem financiamento dedicado	30,666.67
Despesas correntes	7,200.00
Total	180,664.83